



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

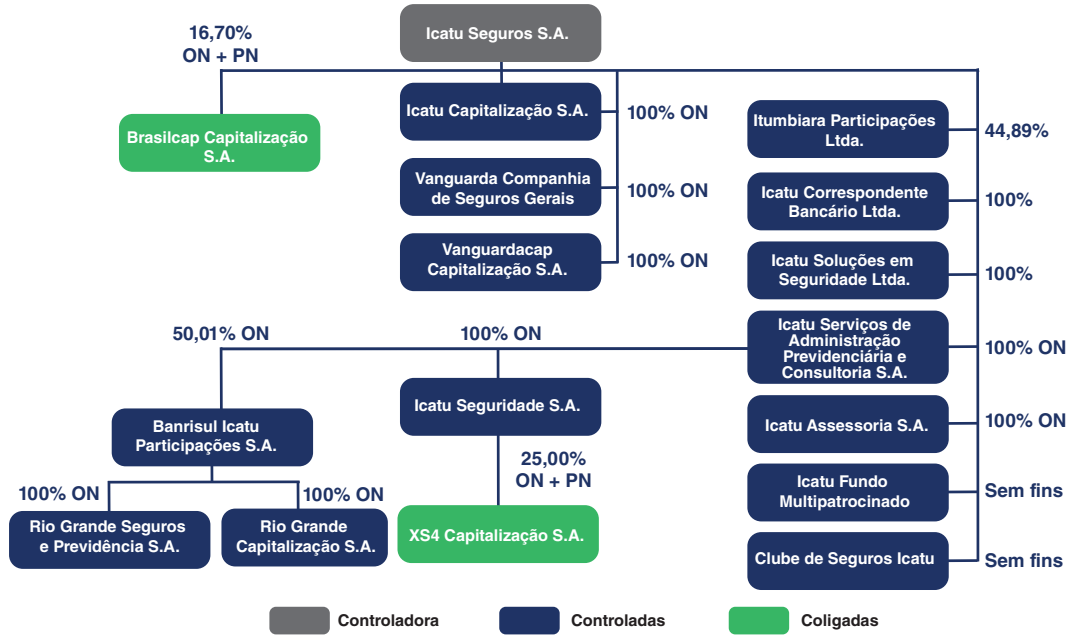
Relatório da administração
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. suas controladas e coligadas, conforme demonstrado a seguir:



2. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 56.595.697 (R\$ 57.342.647 em 31 de dezembro de 2024), representando uma redução de 1,3% em relação a 2024. Essa redução deve-se, principalmente, ao pagamento de R\$ 481.747 (R\$ 375.000 em 2024) de dividendos, ao longo de 2025. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R\$ 2.048.146 (R\$ 2.008.291 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 1,9%.

2.1.1. Seguros

No ano de 2025, os prêmios emitidos foram de R\$ 5.286.740 (R\$ 4.290.353 em 2024) representando um aumento de 23,2% (21,2% em 2024). Os sinistros ocorridos foram de R\$ 1.735.262 no exercício de 2025 (1.467.826 em 2024). O índice de sinistralidade ficou em 36,7% em 2025 (38,9% em 2024).

Os custos de aquisição foram de R\$ 1.643.773 no ano de 2025 (R\$ 1.274.763 em 2024). O índice de comissionamento ficou em 34,8% em 2025 (33,8% em 2024).

2.1.2. Previdência

Em 2025, a captação líquida na linha de previdência foi negativa em R\$ 8.559.234 (negativa em R\$ 3.255.824 em 2024), sendo R\$ 9.271.652 (R\$ 3.559.585 em 2024) de valores que ingressaram na Companhia em contribuições e portabilidades de entrada, e R\$ 17.830.886 (R\$ 6.815.409 em 2024) de valores que saíram da Companhia por resgates e portabilidades de saída. Já os valores pagos em benefícios aos segurados foram de R\$ 3.723.542 em 2025 (R\$ 3.263.043 em 2024).

2.2. Despesas administrativas

No ano de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 696.869 (R\$ 596.294 em 2024), representando um aumento de 16,9% (aumento de 13,2% em 2024). O volume de despesas administrativas representou 14,8% dos prêmios ganhos em 2025 (15,8% em 2024). A Companhia manteve seus investimentos na atualização de sistemas, na customização de plataformas e canais digitais voltados ao atendimento de parceiros, além de direcionar recursos para projetos regulatórios relevantes, com destaque para a implementação do IFRS 17 – Insurance Contracts, o Open Insurance, o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

2.3. Resultado financeiro e solvência

Em 2025, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 308.188 (R\$ 213.886 em 2024), aumento de 44,1% em comparação ao ano anterior, representando 6,5% dos prêmios ganhos (5,7% em 2024). A variação decorre, principalmente, do crescimento da operação e do aumento da taxa SELIC efetiva ao longo do ano, em relação a 2024.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 596.439 (R\$ 441.277 em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 111% (121% em 31 de dezembro de 2024).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	525.140	439.171
Reserva legal	7.115	–
Lucro distribuível	518.025	439.171
Dividendos distribuídos antecipadamente – Reserva estatutária	481.747	375.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	93,0%	85,4%
Destinação à Reserva de Lucros	518.025	439.171

(*) Em 2025 e 2024, foram pagos dividendos antecipados, reduzindo a reserva de lucros, mas considerando nos cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios de 2025, conforme as atas das assembleias. Esses dividendos foram superiores ao exigido por lei, como pode ser visto na demonstração e fluxo de caixa.

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do Grupo Icatu, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo Icatu e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o workshop de produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; a gestão de resíduos recicláveis na matriz; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o Grupo Icatu foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 sendo eleita a seguradora mais inovadora e com maior visão de futuro do Brasil. O Grupo Icatu também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance*. No âmbito setorial, o Grupo Icatu venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O Grupo Icatu manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do Grupo Icatu. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o Grupo Icatu. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

Gênero	31/12/2025			31/12/2024		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
Total	31.423	6.642	38.065	29.188	6.125	35.313

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O Grupo Icatu conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) e, pela 11a vez consecutiva entramos para o ranking das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro (GPTW). Recebemos ainda o destaque em Saúde Mental pela terceira vez.

Durante o ano de 2025, a Companhia retornou à sociedade R\$ 1.695.065 em sinistros pagos (R\$ 1.375.526 em 2024), R\$ 339.144 em verbas salariais aos colaboradores (R\$ 285.030 em 2024), R\$ 106.797 pagos à serviços de terceirizados (R\$ 101.309 em 2024), além de R\$ 164.987 em tributos indiretos (R\$ 123.961 em 2024) e R\$ 130.408 em tributos diretos (R\$ 59.840).

5. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e de asseguuração limitada exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu, foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 2.375, em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.227, em 2025.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, semestralmente, e Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e Icatu Seguridade S.A., anualmente.

6. Agradecimentos

A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Balancos patrimoniais
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO		
CIRCULANTE	51.343.657	52.693.744
Disponível	141.737	211.054
Caixa e bancos	141.737	211.054
Equivalente de caixa	Nota 5.3 10.483	23.149
Aplicações	Nota 5 49.709.427	51.394.150
Créditos das operações com seguros e resseguros	677.488	444.303
Prêmios a receber	Nota 6 600.253	386.408
Operações com seguradoras	5.877	6.852
Operações com resseguradoras	Nota 7 71.358	51.043
Créditos das operações com previdência complementar	150	200
Valores a receber	150	200
Outros créditos operacionais	Nota 8 109.040	113.854
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9 130.428	111.428
Títulos e créditos a receber	60.446	48.734
Títulos e créditos a receber	Nota 10 26.887	22.175
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1 29.296	26.034
Outros créditos	4.263	525
Outros valores e bens	999	641
Outros valores	999	641
Despesas antecipadas	3.607	2.504
Custos de aquisição diferidos	499.852	343.727
Seguros	Nota 21 498.088	342.007
Previdência	Nota 22 1.764	1.720
NÃO CIRCULANTE	5.252.040	4.648.903
Realizável a longo prazo	4.250.775	3.695.736
Aplicações	Nota 5 2.878.603	2.378.502
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9 63.633	56.740
Títulos e créditos a receber	551.111	565.211
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2 287.065	320.347
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 25.4 264.046	244.864
Outros valores e bens	Nota 12.1 240.781	243.456
Empréstimos e depósitos compulsórios	3.864	3.747
Despesas antecipadas	1.735	3.165
Custos de aquisição diferidos	548.074	444.915
Seguros	Nota 21 532.356	434.270
Previdência	Nota 22 15.718	10.645
Investimentos	Nota 13 471.898	456.706
Participações societárias	471.806	456.614
Outros investimentos	92	92
Imobilizado	Nota 14 28.494	27.744
Imóveis de uso próprio	89	89
Bens móveis	22.486	17.093
Outras imobilizações	5.919	10.562
Intangível	Nota 15 463.847	468.717
Outros intangíveis	463.847	468.717
TOTAL DO ATIVO	56.595.697	57.342.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO		
CIRCULANTE	10.697.309	10.966.128
Contas a pagar	409.568	338.101
Obrigações a pagar	Nota 16.1 105.660	112.880
Impostos e encargos sociais a recolher	Nota 17 60.516	40.801
Encargos trabalhistas	18.228	17.412
Impostos e contribuições	Nota 18 20.939	10.503
Outras contas a pagar	Nota 16.2 204.225	156.505
Débitos de operações com seguros e resseguros	411.445	241.465
Prêmios a restituir	–	3.901
Operações com seguradoras	Nota 19 6.231	10.217
Operações com resseguradoras	Nota 19 136.619	86.373
Corretores de seguros e resseguros	Nota 19 267.608	140.064
Outros débitos operacionais	987	910
Débitos de operações com previdência complementar	1.394	1.959
Débitos de resseguros	704	603
Outros débitos operacionais	690	1.356
Depósitos de terceiros	Nota 20 90.664	128.992
Provisões técnicas – seguros	Nota 21 6.464.986	6.601.582
Pessoas	1.729.717	1.370.451
Vida individual	54.759	42.667
Vida com cobertura por sobrevivência	4.680.510	5.188.464
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22 3.289.736	3.627.395
Planos não bloqueados	154.681	158.509
PGBL/PRGP	3.135.055	3.468.886
Outros débitos	29.516	26.634
Débitos diversos	Nota 12.1 29.516	26.634
NÃO CIRCULANTE	43.850.242	44.368.228
Contas a pagar	100.911	103.473
Obrigações a pagar	Nota 16.1. 98.829	101.025
Outras contas a pagar	2.082	2.448
Provisões técnicas – seguros	Nota 21 26.111.653	26.388.916
Pessoas	1.342.022	1.165.775
Vida individual	379.572	215.484
Vida com cobertura por sobrevivência	24.390.059	25.007.657
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22 17.084.786	17.429.092
Planos não bloqueados	639.726	628.725
PGBL/PRGP	16.445.060	16.800.367
Outros débitos	331.624	219.855
Provisões judiciais	Nota 25.2 e 25.3 331.624	219.855
Débitos diversos	Nota 12.1 221.268	226.892
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 26 2.048.146	2.008.291
Capital social	640.350	640.350
Aumento de capital em aprovação	35.577	–
Reservas de capital	–	35.577
Reservas de lucros	1.485.957	1.442.564
Ajustes de avaliação patrimonial	(113.738)	(110.200)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.595.697	57.342.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)									
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital		Reservas de lucros				Total
			Reserva de ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2024	640.350	–	34.659	918	128.070	1.260.624	(19.567)	–	2.045.054
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	–	–	–	–	–	–	(121.262)	–	(121.262)
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	–	–	–	–	–	–	(20.980)	–	(20.980)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	51.609	–	51.609
Ajuste referente a mudança de prática contábil	–	–	–	–	–	(10.301)	–	–	(10.301)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	439.171	439.171
Destinação do lucro líquido:	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 28/02/2024	–	–	–	–	–	(50.000)	–	–	(50.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 12/07/2024	–	–	–	–	–	(325.000)	–	–	(325.000)
Constituição de reserva estatutária	–	–	–	–	–	439.171	–	(439.171)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	640.350	–	34.659	918	128.070	1.314.494	(110.200)	–	2.008.291
Aumento de capital conf. AGE 23/12/2025 - Processo SUSEP nº 15414.675759/2025-12	–	35.577	(34.659)	(918)	–	–	–	–	–
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	–	–	–	–	–	–	12.292	–	12.292
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	–	–	–	–	–	–	6.080	–	6.080
Outros ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(21.910)	–	(21.910)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	525.140	525.140
Destinação do lucro líquido:	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 29/01/2025	–	–	–	–	–	(55.000)	–	–	(55.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 23/05/2025	–	–	–	–	–	(160.000)	–	–	(160.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 10/09/2025	–	–	–	–	–	(100.000)	–	–	(100.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 19/12/2025	–	–	–	–	–	(166.747)	–	–	(166.747)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	7.115	–	–	(7.115)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	–	–	–	518.025	–	(518.025)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	640.350	35.577	–	–	135.185	1.350.772	(113.738)	–	2.048.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Prêmios emitidos	5.286.740	4.290.353	
Contribuições para cobertura de riscos	16.809	16.916	
Variação das provisões técnicas de prêmios	(581.487)	(532.168)	
Prêmios ganhos	Nota 29.1	4.722.062	3.775.101
Sinistros ocorridos	Nota 29.2	(1.735.262)	(1.467.826)
Custos de aquisição	Nota 29.3	(1.643.773)	(1.274.763)
Outras despesas operacionais	Nota 29.4	(500.214)	(277.358)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		842.813	755.154
Receita com resseguro		188.223	125.495
Despesa com resseguro		(195.416)	(117.908)
Outros resultados com resseguro		2.538	3.116
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 29.5	(4.655)	10.703
Rendas de contribuições e prêmios		5.098.534	5.488.899
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(5.101.197)	(5.491.958)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 29.6	(2.663)	(3.059)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		127.976	92.050
Variação de outras provisões técnicas	Nota 29.7	(13.017)	(4.322)
Custo de aquisição	Nota 29.8	(93.920)	(108.205)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(823)	421
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		17.553	(23.115)
Despesas administrativas	Nota 29.9	(696.869)	(596.294)
Despesas com tributos	Nota 29.10	(179.285)	(136.664)
Resultado financeiro	Nota 29.11	308.188	213.886
Resultado patrimonial	Nota 13	363.428	363.813
RESULTADO OPERACIONAL		651.173	587.483
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	Nota 3.7	(1.827)	(22)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		649.346	587.461
Imposto de renda	Nota 30	(41.269)	(25.963)
Contribuição social	Nota 30	(37.815)	(21.174)
Participações sobre o lucro		(45.122)	(101.153)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		525.140	439.171
Quantidade de ações	Nota 26.1	93.983.477	93.983.477
Lucro líquido do exercício por ação – R\$		5,59	4,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	525.140	439.171	
Companhia	(9.618)	(69.653)	
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	12.292	(121.262)	
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA (Nota 5.4)	20.487	(202.103)	
Efeito dos tributos – IRPJ	(5.122)	50.526	
Efeito dos tributos – CSLL	(3.073)	30.315	
Provisão Complementar de Cobertura – PCC	(21.910)	51.609	
Principal	(2.112)	51.609	
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(19.798)	–	
Efeito dos tributos – IRPJ	(12.374)	–	
Efeito dos tributos – CSLL	(7.424)	–	
Coligadas e/ou controladas	6.080	(20.980)	
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	10.122	(37.026)	
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(4.042)	16.046	
Efeito dos tributos – IRPJ	(2.526)	10.029	
Efeito dos tributos – CSLL	(1.516)	6.017	
Componentes do resultado abrangente	(3.538)	(90.633)	
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	521.602	348.538	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	525.140	439.171	
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	73.783	75.810	
Perda/(Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	1.827	22	
Despesas de juros e com arrendamento	3.535	6.599	
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13)	(363.428)	(363.813)	
Custos de aquisição diferidos	(259.284)	(231.214)	
Variação das provisões técnicas – seguros	12.715.972	10.456.258	
Variação das provisões técnicas – previdência	5.717.424	4.364.344	
Variação das provisões judiciais	116.882	5.589	
Variação dos tributos sobre o lucro	82.780	53.368	
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras	1.205.109	(3.290.041)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	(233.185)	(68.976)	
Créditos das operações de previdência complementar	50	(8)	
Ativos de resseguro	(25.893)	(24.256)	
Créditos tributários e previdenciários	(3.262)	(13.456)	
Ativo fiscal diferido	25.087	582	
Depósitos judiciais e fiscais	(19.182)	(8.170)	
Despesas antecipadas	327	(5.128)	
Outros valores e bens	2.317	10.790	
Outros ativos	(32.969)	52.933	
Outras contas a pagar	58.469	58.669	
Débitos de operações com seguros e resseguros	169.980	14.616	
Débitos de operações com previdência complementar	(565)	423	
Depósitos de terceiros	(38.328)	454	
Provisões técnicas – seguros	(13.129.831)	(7.840.942)	
Provisões técnicas – previdência complementar	(6.399.389)	(3.717.463)	
Pagamentos judiciais	(5.113)	(4.838)	
Outros passivos	(21.910)	41.308	
Débitos diversos	32.685	27.605	
Caixa gerado pelas operações	199.028	40.236	
Juros pagos	(3.535)	(6.599)	
Recebimento de dividendos	351.611	514.317	
Tributos sobre o lucro pagos	(72.344)	(60.041)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	474.760	487.913	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado	50	898	
Intangível	8.866	–	
Pagamento pela compra:			
Imobilizado	(13.512)	(6.350)	
Intangível	(34.973)	(52.637)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(39.569)	(58.089)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de passivo por arrendamento	(35.427)	(36.112)	
Pagamento de dividendos	(481.747)	(375.000)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(517.174)	(411.112)	
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(81.983)	18.712	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	234.203	215.491	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	152.220	234.203	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
---	--

1. Contexto operacional

A Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” ou “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora o Grupo Icatu, com 87,37%, restando 12,63%, pertencentes às pessoas físicas.

O detalhamento referente às controladas e coligadas da Companhia é apresentado na nota 13.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3. e 5.3.);

- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.1.3.e 5.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2. e 5.2.);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.16., 21 e 22).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos;
- As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres;
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período;
- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos. As receitas com taxa de carregamento dos planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso nos planos contratados; e

- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;

- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalente de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

O Grupo Icatu determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo Icatu faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (impairment) que são contabilizadas no resultado do período.

continua

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (impairment) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Outros valores e bens”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida em “Débitos diversos”, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação por amortização do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato e os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em “Ganhos e perdas com ativos não correntes”, no resultado do período.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno, e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Ganhos ou perdas do ativo não correntes”.

3.9. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica “Resultado patrimonial”. Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica “Resultado patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

3.10. Redução ao valor recuperável

3.10.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.10.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de ativos de resseguro (RdVR de resseguro) deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativos de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura de contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na política de transferência de risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 31 de dezembro de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 3.186 (R\$ 4.153 em 31 de dezembro de 2024).

3.10.1.2. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber e

comissões a pagar

A Companhia decidiu constituir a Redução ao Valor Recuperável (RdVR) de prêmios a receber e comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação realizada indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser acompanhada da expectativa de não pagamento da respectiva comissão ao corretor, de modo a minimizar os impactos da perda estimada. Assim, a RdVR de prêmios a receber e comissões a pagar deverá ser constituída, preferencialmente, com base na experiência de perda histórica de agrupamentos desses valores, exclusivamente para riscos decorridos, ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito.

Nossa metodologia de cálculo observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por “faixa de *aging*”, sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior:

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias; e
- Grupo 4: faturas vencidas há mais de 360 dias.

Em 2025, a partir da análise histórica, está sendo aplicado os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

Faixas	31/12/2025	31/12/2024
Faturas com 30 dias a vencer	0,45%	0,53%
Faturas vencidas há 60 dias	4,53%	4,51%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	53,29%	49,34%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	61,21%	58,64%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100%	100%

Em 31 de dezembro de 2025 a provisão de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber era de R\$ 10.685 (R\$ 18.743 em 31 de dezembro de 2024).

A partir do primeiro semestre de 2025, a Companhia passou a constituir da redução ao valor recuperável das comissões a pagar, totalizando R\$ 5.671 em 31 de dezembro de 2025.

3.10.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente. As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.11. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.11.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passou-se a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”; no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de “Provisões judiciais”. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.13. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano; e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o lucro líquido antes do imposto de renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração: (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia; e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.14. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos

de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos aos resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos. Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, conforme nota 3.10.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.15. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a corretagens, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/ certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela Companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 21 meses.

3.16. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e pelo CPC 11 – Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos. No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.16.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) e Fundo Garantidor de Benefício (FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.2. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de pagamento. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e, para as ações judiciais, era utilizado até agosto de 2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando, e a partir de setembro de 2024, passou-se a utilizar a SELIC, conforme a previsão da Lei nº 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão, referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro, sendo:

- Os ajustes de IBNER administrativa, calculados conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos ainda pendentes e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- Os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente.

3.16.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

- (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente;
- (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão;
- (III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso; e
- (IV) Para parcerias recentes e produto de vida em regime de capitalização, em que inicialmente a Companhia entende que o perfil de sinistralidade será diferente da média da carteira ou de alguma outra parceria, o IBNR é calculado conforme sinistralidade esperada.

3.16.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG - RVNE) considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

- (I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 900 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses; e
- (II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se o comportamento histórico de atraso das últimas “n” emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG – RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses. Os prêmios a receber de parcelas não vencidas podem ser deduzidos da PPNG através dos direitos creditórios, que representam ativos garantidores baseados na proporção do risco a decorrer, conforme regras da circular SUSEP nº 648/2021.

3.16.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.16.7. Provisão de resgates e/ou outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

continua

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

3.16.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR/PDC)

A Provisão de Despesas Relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos relacionados ao pagamento dos benefícios, sindicâncias necessárias para a regulação e honorários de sucumbência.

3.16.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.16.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.17.

3.17. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas.

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias.

Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS e AT2000 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data-base das Demonstrações. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes e as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram considerados os seguintes percentuais de sinistralidade:

	Sinistralidade	
Agrupamento	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	48,49%	49,18%
Prestamista	29,02%	29,69%
Acidentes pessoais	30,12%	29,44%
Vida individual	15,14%	15,87%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Sobre a projeção do fluxo de resseguro, aplica-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na Companhia. Em relação ao sinistro os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 8 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da Companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

3.17.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- (I) Previdência tradicional e vida inteira;
- (II) Benefícios concedidos;
- (III) PGBL/VGBL, VRGP e FGB; e
- (IV) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.17.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor registrado no ORA, líquido dos impostos diferidos é R\$ 30.973 (R\$ 51.609 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros.

3.17.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2025 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa, assim como em 31 de dezembro de 2024. Sendo assim, não houve valor a ser provisionado na PCC.

3.18. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.19. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.6.

3.20. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, Teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.21. Novas normas e leis

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.21.1. IFRS 17/ CPC 50

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.21.2. Decreto-Lei nº 12.499/2025 - Incidência de IOF

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. As principais mudanças foram:

- O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassem R\$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual;
- A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassarem R\$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas; e
- A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia colocou em produção a primeira fase de adequações sistêmicas visando atender o prazo legal e agora segue implementando melhorias até que tenha um processo robusto adaptado, previsto para o fim de 2026.

3.21.3. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtóais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.21.4. Reforma Tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado. A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

3.21.5. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9 – *Financial Instruments* (CPC 48) e na IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.21.6. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.21.7. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.21.8. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31 de janeiro de 2026.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Icatu consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo Icatu.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

(I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e

(II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu; e
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, Standard and Poor's e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, é utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição *ao default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 3.177.299, correspondentes a 69,03% (R\$ 2.722.060 correspondentes a 69,10% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) que são ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 84.778 (R\$ 129.975 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, há R\$ 1.228 em bloqueio judicial (R\$ 1.204 em 31 de dezembro de 2024), alocados em Operações Compromissadas.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 47.995.950 (R\$ 49.856.347 em 31 de dezembro de 2024).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 638.038 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 891.406 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

31/12/2025					
	Letra				
Rating	financeira	Debênture	CDB	CRI	Total
AAA	143.089	198.263	—	—	341.352
AA+	—	69.939	5.125	—	75.064
AA	—	38.967	—	—	38.967
AA-	—	101.572	—	—	101.572
A+	—	35.949	—	—	35.949
A	—	63.760	—	—	63.760
A-	—	9.291	—	—	9.291
BB+	—	1.329	—	—	1.329
CCC-	—	309	—	—	309
ND	—	31.628	—	1.996	33.624
Total	143.089	551.007	5.125	1.996	701.217

31/12/2024					
	Letra financeira		Debênture	CDB	Total
Rating					
AAA	126.139	63.604	–	–	189.743
AA+	–	–	5.066	–	5.066
Total	126.139	63.604	5.066	–	194.809

Em 2025, observou-se um aumento na posição de ativos de crédito privado, decorrente, principalmente, da recategorização de fundos de crédito anteriormente classificados como não exclusivos para a categoria de fundos exclusivos. Como consequência, os ativos contidos nesses fundos passaram a ser incluídos na composição demonstrada do quadro de risco de crédito.

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatusseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos, devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo Icatu, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de riscos.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.10.1.1.

O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 31 de dezembro de 2025:

Tipo Ressegurador	Rating	31/12/2025		31/12/2024	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	86	0,03%	2.434	1,11%
Admitida	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	20.180	7,60%	56.176	25,63%
Eventual	A- pela <i>Standard & Poor's</i>	70	0,03%	81	0,04%
Eventual	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	325	0,12%	358	0,16%
Eventual	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	2.559	0,96%	3.132	1,43%
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	59.967	22,59%	15.974	7,29%
Local	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	71.682	27,01%	69.669	31,78%
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	110.550	41,66%	71.387	32,56%
Total		265.419	100,00%	219.211	100,00%

4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk (VaR)*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz de cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95.

(II) *DV01 (dólar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas as informações de *VaR* e *DV01*, para a Companhia:

Fatores de Risco	31/12/2025				31/12/2024			
	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado	(114)	95%	1.110	30.215	(4.553)	95%	560	18.803
IGPM	(3.177)	95%	19.280	891.747	(421)	95%	20.274	989.299
IPCA	(20.438)	95%	71.814	2.451.139	(1.454)	95%	64.422	1.854.599
Ações	–	95%	332	4.326	–	95%	165	1.936

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado. Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

Ativos e passivos	31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	141.737	–	–	141.737
Equivalente de caixa	10.483	–	–	10.483
Aplicações financeiras	20.336.197	5.243.103	27.008.730	52.588.030
Crédito das operações	677.638	–	–	677.638
Ativos de resseguro - provisões técnicas	130.428	16.029	47.604	194.061
Títulos e créditos a receber	60.446	551.111	–	611.557
Total de ativos	21.356.929	5.810.243	27.056.334	54.223.506
Contas a pagar	409.568	100.911	–	510.479
Provisões técnicas	9.754.723	9.844.160	33.352.278	52.951.161
Débito das operações	412.839	–	–	412.839
Depósitos de terceiros	90.664	–	–	90.664
Total de passivos	10.667.794	9.945.071	33.352.278	53.965.143

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	211.054	–	–	211.054
Equivalente de caixa	23.149	–	–	23.149
Aplicações financeiras	22.527.262	6.354.715	24.890.675	53.772.652
Crédito das operações	444.503	–	–	444.503
Ativos de resseguro - provisões técnicas	111.428	15.506	41.234	168.168
Títulos e créditos a receber	48.734	565.211	–	613.945
Total de ativos	23.366.130	6.935.432	24.931.909	55.233.471
Contas a pagar	338.101	103.473	–	441.574
Provisões técnicas	10.228.977	10.689.804	33.128.204	54.046.985
Débito das operações	243.424	–	–	243.424
Depósitos de terceiros	128.992	–	–	128.992
Total de passivos	10.939.494	10.793.277	33.128.204	54.860.975

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou que podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos, cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguro, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, o Grupo Icatu diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu e formalizadas na política de subscrição e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscrive seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro

com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de transferência de riscos e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2025					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	210.305	309.869	52.519	908.989	1.134.581	2.616.263
Prestamista	7.059	118.785	257	146.845	550.624	823.570
Acidentes pessoais	6.968	22.082	14.857	385.241	206.630	635.778
Vida individual	4.877	19.909	20.346	308.970	18.320	372.422
Rural	–	–	–	1.950	254.679	256.629
Outros	363	6.080	143	8.838	1.976	17.400
Total seguros	229.572	476.725	88.122	1.760.833	2.166.810	4.722.062
Previdência	57.297	128.464	4.963	3.674.729	1.233.081	5.098.534
Total previdência	57.297	128.464	4.963	3.674.729	1.233.081	5.098.534

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2024					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	108.978	262.997	42.062	749.469	983.424	2.146.930
Prestamista	8.006	86.376	5	105.294	500.607	700.288
Acidentes pessoais	8.852	28.167	10.924	283.253	155.000	486.196
Vida individual	2.756	15.822	9.546	153.234	10.743	192.101
Rural	–	–	–	3.339	228.969	232.308
Outros	366	5.872	143	9.018	1.879	17.278
Total seguros	128.958	399.234	62.680	1.303.607	1.880.622	3.775.101
Previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899
Total previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2025					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	156.065	308.715	52.194	872.416	1.113.850	2.503.240
Prestamista	7.057	118.549	257	146.836	531.465	804.164
Acidentes pessoais	6.796	21.585	14.571	374.264	204.154	621.370
Vida individual	4.463	18.189	18.650	289.108	16.827	347.237
Rural	–	–	–	1.949	232.297	234.246
Outros	360	5.728	142	8.450	1.708	16.388
Total seguros	174.741	472.766	85.814	1.693.023	2.100.301	4.526.645
Previdência	57.297	128.464	4.963	3.674.729	1.233.081	5.098.534
Total previdência	57.297	128.464	4.963	3.674.729	1.233.081	5.098.534

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2024					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	104.564	262.080	41.803	727.020	968.272	2.103.739
Prestamista	8.005	86.275	5	105.290	480.367	679.942
Acidentes pessoais	8.738	27.838	10.736	276.033	153.106	476.451
Vida individual	2.414	14.335	8.624	135.454	9.511	170.338
Rural	–	–	–	3.339	207.221	210.560
Outros	365	5.567	138	8.704	1.389	16.163
Total seguros	124.086	396.095	61.306	1.255.840	1.819.866	3.657.193
Previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899
Total previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e *stress*. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados na rubrica equivalente de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$ 10.483 (R\$ 23.149 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) é de R\$ 1.794.086 (R\$ 1.327.057 em 31 de dezembro de 2024). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 20.487, bruto de tributos e R\$ 12.292, líquidos de tributos (perda de R\$ 202.103, bruto de tributos e R\$ 121.262, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros estão no não circulante.

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

Categoria	31/12/2025		31/12/2024	
	Taxas contratadas	Valor contábil/ curva	Valor justo	
Custo amortizado		1.298.685	1.280.886	
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)		1.584.626	1.097.109	
Valor Justo por meio do Resultado (VJR)		49.715.202	51.417.806	
Total		52.598.513	53.795.801	
Circulante		49.719.910	51.417.299	
Equivalente de caixa		10.483	23.149	
Aplicações financeiras		49.709.427	51.394.150	
Não circulante		2.878.603	2.378.502	
Aplicações financeiras		2.878.603	2.378.502	

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 2,47% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (2,38% em 31 de dezembro em 2024):

	Taxas contratadas	31/12/2025	
		Valor contábil/ curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,83%	575.697	429.125
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,5%	659.869	649.922
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 5,63%	63.119	56.367
Total		1.298.685	1.135.414
Não circulante		1.298.685	1.135.414

	Taxas contratadas	31/12/2024	
		Valor contábil/ curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,74%	535.113	377.939
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,47%	682.169	701.468
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 5,62%	63.604	57.875
Total		1.280.886	1.137.282
Não circulante		1.280.886	1.137.282

	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento em até cinco anos	10.119	10.318
Vencimento acima de cinco anos	1.288.566	1.270.568
Total	1.298.685	1.280.886

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento em até um ano	5.936	697
Vencimento em até cinco anos	81.226	24.926
Vencimento acima de cinco anos	1.497.464	1.071.486
Total	1.584.626	1.097.109

5.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 94,52% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (95,58% em 31 de dezembro em 2024):

	31/12/2025	
	Taxas contratadas	Valor contábil Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	49.064.433	49.064.433
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	47.995.950	47.995.950
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	468.247
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B		31.055
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI		1.996
Letras Financeiras - LF		895
Debêntures - CDI	4,71%	13.357
Debêntures - IPCA	CDI + 3,61%	470.364
Debêntures - PRÉ	IPCA + 8,51%	4.168
Operações compromissadas	14,03%	74.295
Certificados de Depósito Bancário - CDB	Selic	5.125
Ações		1
Outros (**)		(1.020)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)		1.228
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		639.058
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa		10.483
Total	49.715.202	49.715.202
Circulante	49.713.974	49.713.974
Não circulante	1.228	1.228

	31/12/2024	
	Taxas contratadas	Valor contábil Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	50.501.243	50.501.243
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	49.856.347	49.856.347
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	SELIC	524.047
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,29%	8.853
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,27%	1
Letras Financeiras - LF	5,86%	907
Operações compromissadas	SELIC	106.826
Certificados de Depósito Bancário - CDB		5.066
Outros (**)		(804)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)		1.204
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		892.210
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa		23.149
Total	51.417.806	51.417.806
Circulante	51.416.602	51.416.602
Não circulante	1.204	1.204

(*) A composição dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 44,89% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (43,9% em 31 dezembro de 2024), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

(**) Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.

	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento	9.576.160	11.984.386
Vencimento em até um ano	10.764.584	10.565.328
Vencimento em até cinco anos	20.381.472	21.468.529
Vencimento acima de cinco anos	8.992.986	7.399.563
Total	49.715.202	51.417.806

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Custo amortizado	VJORA	VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.175.087	1.081.939	48.456.396	50.713.422
(+) Aplicações	49.008	154.759	18.248.707	18.452.474
(-) Resgates	(86.716)	(59.764)	(18.217.967)	(18.364.447)
(+) Rendimentos	143.507	122.278	2.930.670	3.196.455
(+/-) Ajuste ao valor justo	—	(202.103)	—	(202.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.280.886	1.097.109	51.417.806	53.795.801
(+) Aplicações	18.318	452.740	17.528.524	17.999.582
(-) Resgates	(130.472)	(139.678)	(26.117.180)	(26.387.330)
(+) Rendimentos	129.953	153.968	6.886.052	7.169.973
(+/-) Ajuste ao valor justo	—	20.487	—	20.487
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.298.685	1.584.626	49.715.202	52.598.513

Os resgates mensurados ao custo amortizado referem-se ao fluxo de pagamento dos ativos classificados nessa categoria.

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 – que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	1.235.566	63.119	1.298.685
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	1.235.566	63.119	1.298.685
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	575.697	—	575.697
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	659.869	—	659.869
Debêntures de distribuição pública	—	63.119	63.119
VJORA	1.442.431	142.195	1.584.626
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	1.442.431	142.195	1.584.626
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.256.237	—	1.256.237
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	186.194	—	186.194
Letras Financeiras - LF	—	142.195	142.195
VJR	29.619.598	20.095.604	49.715.202
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	29.609.115	19.455.318	49.064.433
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	29.035.518	18.960.432	47.995.950
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	468.247	—	468.247
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	31.055	—	31.055
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	—	1.996	1.996
Letras Financeiras - LF	—	895	895
Debêntures	—	487.889	487.889
Operações compromissadas	74.295	—	74.295
Certificados de Depósito Bancário - CDB	—	5.125	5.125
Ações	—	1	1
Outros	—	(1.020)	(1.020)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)	—	1.228	1.228
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	—	639.058	639.058
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	10.483	—	10.483
Total	32.297.595	20.300.918	52.598.513

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	535.113	745.773	1.280.886
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	535.113	745.773	1.280.886
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	535.113	—	535.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	—	682.169	682.169
Debêntures de distribuição pública	—	63.604	63.604
VJORA	770.915	326.194	1.097.109
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	770.915	326.194	1.097.109
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	770.915	—	770.915
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	—	200.962	200.962
Letras Financeiras - LF	—	125.232	125.232
VJR	30.783.487	20.634.319	51.417.806
Quotas de fundos de investimento - exclusivos e ativos diretos	30.760.338	19.740.905	50.501.243
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	30.120.611	19.735.736	49.856.347
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	524.047	—	524.047
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.853	—	8.853
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	—	1
Letras Financeiras - LF	—	907	907
Operações compromissadas	106.826	—	106.826
Certificados de Depósito Bancário - CDB	—	5.066	5.066
Outros	—	(804)	(804)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (bloqueio judicial)	—	1.204	1.204
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	—	892.210	892.210
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	23.149	—	23.149
Total	32.089.515	21.706.286	53.795.801

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

31/12/2025				
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional)
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	1
DI1	Vendido	01/07/2027	CDI	2
DI1	Comprado	03/01/2028	CDI	2
DI1	Vendido	02/01/2029	CDI	4
DI1	Comprado	02/01/2029	CDI	13.899
DI1	Vendido	02/04/2029	CDI	2
DI1	Comprado	02/07/2029	CDI	7
DI1	Vendido	02/01/2030	CDI	4
DI1	Comprado	02/01/2031	CDI	5.446
DI1	Comprado	02/01/2032	CDI	2
DI1	Comprado	03/01/2033	CDI	4.159
DI1	Vendido	02/01/2037	CDI	1
DAP	Comprado	17/05/2027	IPCA	74.047
DAP	Vendido	15/05/2029	IPCA	6.045
DAP	Vendido	16/05/2033	IPCA	48.151
DAP	Vendido	15/05/2035	IPCA	36.832
DAP	Comprado	17/08/2026	IPCA	147.105
DAP	Comprado	15/08/2028	IPCA	79.144
DAP	Vendido	15/08/2030	IPCA	33.434
DAP	Vendido	16/08/2032	IPCA	121.491
DAP	Comprado	15/08/2040	IPCA	1.618

31/12/2024				
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional)
DI1	Comprado	02/01/2025	CDI	6
DI1	Vendido	01/04/2025	CDI	10
DI1	Vendido	01/07/2025	CDI	1
DI1	Comprado	01/10/2025	CDI	4
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	3
DI1	Comprado	01/07/2026	CDI	4
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	8
DI1	Comprado	01/07/2027	CDI	7
DI1	Vendido	03/01/2028	CDI	3
DI1	Comprado	03/07/2028	CDI	1
DI1	Comprado	02/01/2030	CDI	1
DI1	Comprado	02/01/2031	CDI	1
DI1	Vendido	03/01/2033	CDI	1

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Saldo de prêmios a receber por ramo era o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	281.207	234.448
Prestamistas	187.851	71.055
Acidentes pessoais	71.795	46.084
Vida individual	45.080	31.204
Rural	24.908	22.327
Outros	97	33
Total de prêmios a receber bruto (*)	610.938	405.151
Redução ao valor recuperável	(10.685)	(18.743)
Total de prêmios a receber	600.253	386.408

(*) Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 327.993 (R\$ 238.197 em 31 de dezembro de 2024) referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

6.2. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	405.151	343.944
(+) Prêmios emitidos	6.014.727	4.825.564
(+) IOF	23.710	17.209
(-) Prêmios cancelados	(502.112)	(347.888)
(-) Recebimentos	(5.330.538)	(4.433.678)
Prêmios a receber bruto	610.938	405.151
Movimentação da redução ao valor recuperável		
Saldo inicial	(18.743)	(19.111)
(-) Constituição	(153.753)	(222.942)
(+) Reversão	161.811	223.310
Provisão para redução ao valor recuperável	(10.685)	(18.743)
Prêmios a receber líquidos	600.253	386.408

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias	567.120	(1.076)	566.044	369.312	(695)	368.617
Vencidos						
1 até 30 dias	29.632	(1.342)	28.290	14.940	(674)	14.266
31 até 60 dias	4.860	(220)	4.640	2.789	(126)	2.663
61 até 120 dias	1.548	(825)	723	695	(343)	352
121 até 180 dias	623	(332)	291	447	(221)	226
181 até 360 dias	683	(418)	265	685	(401)	284
Mais de 360 dias	6.472	(6.472)	—	16.283	(16.283)	—
Total	610.938	(10.685)	600.253	405.151	(18.743)	386.408

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico revisado, no mínimo, semestralmente, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, conforme nota 3.10.1.2.

7. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros pagos a recuperar	74.544	55.196
Redução ao valor recuperável	(3.186)	(4.153)
Total	71.358	51.043

A seguir, apresentamos a abertura dos valores a recuperar por ressegurador:

		31/12/2025		31/12/2024		
Tipo de resse-gurador	Rating	Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido	Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável
Admitido	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	1.464	(1.067)	397	7	(1)
Admitido	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	6.967	(239)	6.728	23.971	(1.758)
Eventual	A- pela <i>Standard & Poor's</i>	40	(27)	13	37	(9)
Eventual	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	772	(64)	708	994	(56)
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	19.185	(1.737)	17.448	16.224	(2.314)
Local	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	34.663	(39)	34.624	10.410	(11)
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	11.453	(13)	11.440	3.553	(4)
Total		74.544	(3.186)	71.358	55.196	(4.153)

8. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 109.040 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 113.854 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a recuperar	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	13.242	13.191
Contribuição social	6.838	6.846
COFINS	1.166	1.192
PIS	110	116
Outros	7.940	4.689
Total	29.296	26.034

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

	Saldo em 01/01/2025	Consti- tuições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
Imposto de renda diferido	174.557	100.706	(115.404)	159.859
Prejuízos fiscais	44.766	4.566	(24.854)	24.478
Diferenças temporárias	72.305	43.775	(20.690)	95.390
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	57.486	52.365	(57.486)	52.365
Ajuste VJORA	–	–	(12.374)	(12.374)
Contribuição social diferida	102.133	59.028	(71.175)	89.986
Base negativa	24.258	1.345	(16.844)	8.759
Diferenças temporárias	43.383	26.264	(12.414)	57.233
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	34.492	31.419	(34.493)	31.418
Ajuste VJORA	–	–	(7.424)	(7.424)
PIS e COFINS diferidos	47.730	5.567	(1.365)	51.932
PIS e COFINS diferidos	47.730	5.567	(1.365)	51.932
Total de créditos fiscais diferidos	324.420	165.301	(187.944)	301.777

Passivo - não circulante

Imposto de renda diferido	4.073	120.145	(109.506)	14.712
IR debêntures incentivadas	4.073	120.145	(109.506)	14.712
Total de débitos fiscais diferidos	4.073	120.145	(109.506)	14.712
Total de créditos e débitos diferidos	320.347	45.156	(78.438)	287.065

	Saldo em 01/01/2024	Consti- tuições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31/12/2024
Imposto de renda diferido	123.655	398.557	(347.655)	174.557
Prejuízos fiscais	55.207	9.435	(19.876)	44.766
Diferenças temporárias	61.486	29.976	(19.157)	72.305
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.962	359.146	(308.622)	57.486
Contribuição social diferida	72.953	238.383	(209.203)	102.133
Base negativa	31.886	4.909	(12.537)	24.258
Diferenças temporárias	36.890	17.987	(11.494)	43.383
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	4.177	215.487	(185.172)	34.492
PIS e COFINS diferidos	44.893	4.309	(1.472)	47.730
PIS e COFINS diferidos	44.893	4.309	(1.472)	47.730
Total de créditos fiscais diferidos	241.501	641.249	(558.330)	324.420
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	1.413	49.033	(46.373)	4.073
IR debêntures incentivadas	1.413	49.033	(46.373)	4.073
Total de débitos fiscais diferidos	1.413	49.033	(46.373)	4.073
Total de créditos e débitos diferidos	240.088	592.216	(511.957)	320.347

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e cíveis, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo fiscal e base negativa		
2026	33.237	100,00%
Total	33.237	100,00%

13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a *Icatu S.A de Capitalización y Ahorro*, que é uma empresa argentina que não estava operacional e foi liquidada em 09 de abril de 2024. A composição desses investimentos é a seguinte:

Investimentos	Quantidade de Ações		Quantidade de Cotas	% de Participação	Total de Ativos	Total de Passi- vos Líquidos de Provisões Judiciais	Total das Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN										31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Capitalização S.A.	810.894.586	–	–	100,00%	3.147.245	2.841.881	60.929	211.484	244.435	2.002.305	79.705	175.247	134.200	79.705	84.830
Brasilcap Capitalização S.A.	54.010.799	12.833.569	–	16,70%	13.943.919	11.503.274	1.391.078	403.000	1.049.567	6.797.594	341.476	275.247	134.200	57.017	46.880
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	1.000	–	–	100,00%	569.188	533.658	15.592	2.000	19.938	439.149	219.149	19.938	20.672	219.149	154.805
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	–	–	100,00%	7.024	28	2.307	4.699	4.689	–	139	4.689	4.550	139	(686)
Itumbiara Participações Ltda.	–	–	6.255.616	44,89%	12.591	9	–	13.424	12.582	(842)	5.645	6.023	(378)	(230)	(230)
Icatu Assessoria S.A. (*)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	477.98	–	76.598
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	–	–	100,00%	22.424	2.588	153	12.000	19.683	–	7.068	19.683	14.293	7.068	933
Icatu Correspondente Bancário Ltda.	–	–	100.000	100,00%	2.205	39	–	100	2.166	2009	729	2.166	1.437	729	684
Outras participações societárias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	4	(1)	(1)
Total das Participações Acionárias	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	471.806	456.614	363.428	363.813
Outros investimentos (a)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	92	92	–	–
Total de investimentos/resultado patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	471.898	456.706	363.428	363.813

(a) Obras de arte.

(*) Para fins de reestruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria S.A. foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., também controlada integral da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R\$ 47.798, cujo montante representou um acréscimo patrimonial para a incorporadora.

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 01/01/2024	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Icatu Capitalização S.A.	286.263	–	(134.485)	(7.675)	(1.296)	84.830	227.637	–	–	(64.552)	1.645	79.705	244.435
Brasilcap Capitalização S.A.	127.935	–	(43.703)	3.088	–	46.880	134.200	–	–	(15.988)	18	57.017	175.247
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	103.090	(4.718)	(217.198)	(15.382)	75	154.805	20.672	47.798	–	(272.099)	4.418	219.149	19.938
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	5.236	–	–	–	–	(686)	4.550	–	–	–	–	139	4.689
Itumbiara Participações Ltda.	6.253	–	–	–	–	(230)	6.023	–	–	–	–	(378)	5.645
Icatu Assessoria S.A.	119.486	(68.198)	(79.077)	(1.011)	–	76.598	47.798	–	(47.798)	–	–	–	–
Vanguardacap Capitalização S.A.	13.581	–	(221)	–	–	933	14.293	–	–	(1.678)	–	7.068	19.683
Icatu Correspondente Bancário	753	–	–	–	–	684	1.437	–	–	–	–	729	2.166
Outras participações societárias	5	–	–	–	–	(1)	4	–	–	–	–	(1)	3
Total	662.602	(72.916)	(474.684)	(20.980)	(1.221)	363.813	456.614	47.798	(47.798)	(354.317)	6.081	363.428	471.806

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transfe- rência	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos	20%	11.843	11.212	(6)	–	(5.354)	17.695
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.250	406	(6)	–	(890)	4.760
Outras imobilizações (*)	20%	10.606	870	–	46	(6.474)	5.048
Imobilizado em andamento	–	45	992	–	(46)	–	991
Total	–	27.744	13.480	(12)	–	(12.718)	28.494

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transfe- rência	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos	20%	10.768	5.363	(86)	–	(4.202)	11.843
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.016	134	(8)	–	(892)	5.250
Outras imobilizações (*)	20%	16.019	816	–	152	(6.381)	10.606
Imobilizado em andamento	–	151	46	–	(152)	–	45
Total	–	32.954	6.359	(94)	–	(11.475)	27.744

(*) Referem-se a benfeitorias.

15. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Recias- sificação	Amor- tização	Saldo em 31/12/2025
Desenvolvidos internamente	–	176.536	34.742	(8.866)	–	(9.111)	193.301
Marcas e patentes	–	71	–	–	–	–	71
Sistemas de computação	10 a 20%	22.946	1.420	(4.860)	42.862	(9.111)	53.257
Sistemas em desenvolvimento	–	153.519	33.322	(4.006)	(42.862)	–	139.973
Adquiridos de terceiros	–	292.181	231	–	–	(21.866)	270.546
Sistemas de computação	20%	130.951	231	–	–	(11.258)	119.924
Balcão de vendas (*)	–	161.230	–	–	–	(10.608)	150.622
Total	–	468.717	34.973	(8.866)	–	(30.977)	463.847

Diferenças temporárias - 2026 a 2035		
2026	42.063	27,56%
2027	7.814	5,12%
2028	9.219	6,04%
2029	10.882	7,13%
2030	12.820	8,40%
2031 a 2035	69.825	45,75%
Total	152.623	100,00%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Provisão contingências trabalhistas	1.976	1.696
Provisão contingências cíveis	105.494	112.10
Provisão contingências fiscais	9.510	9.829
Redução ao valor recuperável	21.583	27.257
Provisão excedente técnico	35.408	24.263
Fundo de marketing	8.552	17.379
PIS exigibilidade suspensa	39.040	36.602
COFINS exigibilidade suspensa	172.604	161.175
Outras provisões - ágio	10.004	10.004
IR debêntures	1.107	5.545
Obrigações a pagar - provisão	14.712	–
Outras receitas - atualização depósito judicial	(124.988)	(108.114)
Participações nos resultados - PLR	138.488	140.103
PIS e COFINS diferidos	(51.932)	(47.729)
Total das provisões temporárias	381.558	289.220
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	95.389	72.305
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	57.234	43.383
Total	152.623	115.688

12. Outros valores e bens

12.1. Débitos diversos

O arrendamento comporta substancialmente alugueis de veículos, imóveis e *notebooks* e a amortização conforme nota 3.6, acompanha o tempo de vigência dos contratos, com taxas de 0,6% a 8,2% ao mês. A movimentação está apresentada a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Paga- mento	Amorti- zação	Transfe- rências/ Outros	Apro- priação de juros	Saldo em 31/12/2025
Ativo								
Imóveis	239.763	29.451	(2.486)	–	(28.268)	–	–	238.460
Equipamentos	580	–	–	–	(366)	–	–	214
Veículos	3.113	1.082	(122)	–	(1.966)	–	–	2.107
Total	243.456	30.533	(2.608)	–	(30.600)	–	–	240.781
Passivo								
Circulante	26.634	5.235	(1.875)	(34.453)	–	30.440	3.535	29.516
Não circulante	226.892	25.054	(684)	–	–	(29.994)	–	221.268
Total	253.526	30.289	(2.559)	(34.453)	–	446	3.535	250.784

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Paga- mento	Amorti- zação	Transfe- rências/ Outros	Apro- priação de juros	Saldo em 31/12/2024
Ativo								
Imóveis	250.379	17.452	(1.713)	–	(26.355)	–	–	239.762
Equipamentos	1.927	4	(3)	–	(1.348)	–	–	580
Veículos	2.196	3.069	(447)	–	(1.705)	–	–	3.113
Total	254.502	20.525	(2.163)	–	(29.408)	–	–	243.456
Passivo								
Circulante	25.139	17.363	(641)	(33.837)	–	12.011	6.599	26.634
Não circulante	236.894	2.968	–	–	–	(12.970)	–	226.892
Total	262.033	20.331	(641)	(33.837)	–	(959)	6.599	253.526

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

16.2. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar (a)	180.922	142.609
Outros pagamentos a efetuar (b)	23.303	13.896
Total passivo circulante	204.225	156.505

(a) Valores definidos em contratos de parceria destinados à distribuição de resultados decorrentes de superávit; e (b) São valores a pagar, referentes a divisão de resultados, conforme acordo contratual com os parceiros *Swiss Life* e *Insurope*.

17. Impostos e encargos sociais a recolher

São valores apurados e devidos, referentes a tributos e encargos sociais, com exigibilidade no curto prazo:

	31/12/2025	31/12/2024
IR retido na fonte a recolher	36.257	23.443
Impostos sobre serviços a recolher	4.147	4.464
Impostos sobre operações financeiras	8.431	3.586
Contribuições previdenciárias	6.298	6.607
Outros impostos e encargos sociais a recolher	5.383	2.701
Total	60.516	40.801

18. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	31/12/2025	31/12/2024
IR	3.052	–
CSLL	3.309	–
COFINS	12.539	9.035
PIS	2.037	1.466
Outros impostos	1	1
Outras contribuições	1	1
Total	20.939	10.503

19. Débitos das operações - operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para aqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

21. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total
Provisões técnicas - seguros								
Circulante								
Prêmios não ganhos	803.357	7.614	–	810.971	608.137	5.917	–	614.054
Prêmios não ganhos - RVNE	164.290	–	–	164.290	96.558	29	–	96.587
Sinistros a liquidar administrativo	296.110	4.755	–	300.865	271.681	1.486	–	273.167
Sinistros a liquidar judicial	19.523	506	–	20.029	22.338	545	–	22.883
Sinistros ocorridos mas não avisados	399.285	32.731	–	432.016	340.652	29.434	–	370.086
Benefícios a conceder	55	955	4.621.245	4.622.255	26	503	5.098.198	5.098.727
Benefícios concedidos	–	21	13.260	13.281	–	21	11.988	12.009
Excedente financeiro	–	–	137	137	–	–	14	14
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3.272	84	–	3.356	1.869	20	–	1.889
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	27	58	3	88	16	39	5	60
Excedente técnico	41.359	–	–	41.359	29.076	–	–	29.076
Resgates e/ou outros valores a regularizar	2.439	8.035	45.865	56.339	98	4.673	78.259	83.030
Total circulante	1.729.717	54.759	4.680.510	6.464.986	1.370.451	42.667	5.188.464	6.601.582
Não circulante								
Prêmios não ganhos	893.631	–	–	893.631	753.388	–	–	753.388
Sinistros a liquidar administrativo	7.067	113	–	7.180	5.972	33	–	6.005
Sinistros a liquidar judicial	169.871	4.401	–	174.272	153.519	3.737	–	157.256
Sinistros ocorridos mas não avisados	224.967	8.962	–	233.929	232.259	7.982	–	240.241
Benefícios a conceder	27.140	364.395	24.265.909	24.657.444	14.204	203.139	24.894.253	25.111.596
Benefícios concedidos	–	45	124.018	124.063	–	56	113.350	113.406
Excedente financeiro	–	–	117	117	–	–	29	29
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	19.026	614	–	19.640	6.013	52	–	6.065
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	320	1.042	15	1.377	420	485	25	930
Total não circulante	1.342.022	379.572	24.390.059	26.111.653	1.165.775	215.484	25.007.657	26.388.916
Total	3.071.739	434.331	29.070.569	32.576.639	2.536.226	258.151	30.196.121	32.990.498

De acordo com a determinação da SUSEP, em abril de 2025 a Companhia transferiu os saldos da rubrica de “Prêmios a restituir” para Provisão de Valores a Regularizar (PVR) na rubrica de “Provisões Técnicas – Seguros”. Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme nota 5.2.

A mudança de estimativa na PCC foi determinada pelo regulador para dezembro de 2024, porém o tratamento tributário foi debatido até fevereiro de 2025, quando o mercado decidiu como iria dar o tratamento fiscal, com a ajuda de especialistas tributários.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Pessoas	Vida individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Pessoas	Vida individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência
Custos de aquisição diferidos – seguros						
Circulante	473.102	20.262	4.724	498.088	323.331	14.784
Não circulante	471.009	45.075	16.272	532.356	385.251	35.630
Total	944.111	65.337	20.996	1.030.444	708.582	50.414

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 01/01/2025	Consti-tuições	Baixas/ Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025
Prêmios não ganhos	1.367.442	513.835	(176.675)	–	1.704.602
Prêmios não ganhos – RVNE	96.587	203.759	(136.056)	–	164.290
Sinistros a liquidar	459.311	2.881.033	(2.855.726)	17.728	502.346
Sinistros ocorridos mas não avisados	610.327	153.502	(97.884)	–	665.945
Benefícios a conceder	30.210.323	8.893.694	(13.899.164)	4.074.846	29.279.699
Benefícios concedidos	125.415	16.726	(15.188)	10.391	137.344
Excedente financeiro	43	1.550	(1.481)	142	254
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	7.954	25.503	(10.461)	–	22.996
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	990	3.671	(3.196)	–	1.465
Excedente técnico	29.076	29.249	(16.966)	–	41.359
Resgates e/ou outros valores a regularizar	83.030	1.301.999	(1.328.820)	130	56.339
Total	32.990.498	14.024.521	(18.541.617)	4.103.237	32.576.639

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 01/01/2024	Consti-tuições	Baixas/ Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	996.665	473.796	(103.019)	–	1.367.442
Prêmios não ganhos – RVNE	85.791	141.645	(130.849)	–	96.587
Sinistros a liquidar	413.155	2.339.237	(2.312.417)	19.336	459.311
Sinistros ocorridos mas não avisados	571.402	591.094	(552.169)	–	610.327
Benefícios a conceder	28.085.318	9.645.367	(9.299.105)	1.778.743	30.210.323
Benefícios concedidos	106.797	23.437	(14.171)	9.352	125.415
Excedente financeiro	47	902	(959)	53	43
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	10.892	12.152	(15.090)	–	7.954
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	–	1.663	(673)	–	990
Excedente técnico	13.117	26.883	(10.924)	–	29.076
Resgates e/ou outros valores a regularizar	91.591	890.879	(899.686)	246	83.030
Provisão complementar de cobertura	407	178	(1)	(584)	–
Total	30.375.182	14.147.233	(13.339.063)	1.807.146	32.990.498

	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Amortizações	Saldo em 31/12/2025
Custo de aquisição diferido	776.277	1.497.207	(1.243.040)	1.030.444
Total	776.277	1.497.207	(1.243.040)	1.030.444

	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição diferido	546.088	230.189	776.277
Total	546.088	230.189	776.277

21.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o stress de 5% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido					
		31/12/2025		31/12/2024	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% na sinistralidade	(36.153)	(33.114)	(31.938)	(29.508)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	36.153	33.114	31.938	29.508

22. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro cedido emitido	1.246	3.607
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	4.985	6.610
Total de operações com seguradoras	6.231	10.217

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguro cedido emitido	103.963	77.961
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	32.656	8.412
Total de operações com resseguradoras	136.619	86.373

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões riscos emitidos diretos (*)	35.439	39.454
Comissões a pagar e RVNE	146.184	85.293
Pró-labore emitido	78.410	10.754
Pró-labore a pagar	7.337	4.390
Outros	238	173
Total de corretores de seguros e resseguros	267.608	140.064

(*) No ano 2025, a Companhia constituiu R\$ 5.671 de redução ao valor recuperável de comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação da Companhia indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser considerada na expectativa de não pagamento ao respectivo corretor, minimizando os impactos da perda estimada.

20. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
1 até 30 dias	78.426	118.418
31 até 60 dias	4.575	1.644
61 até 120 dias	1.004	3.579
121 até 180 dias	699	907
181 até 365 dias	2.709	2.245
Mais de 365 dias	3.251	2.199
Total	90.664	128.992

	31/12/2025			31/12/2024		
Provisões técnicas - previdência complementar	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios não ganhos	643	2	645	663	4	667
Prêmios não ganhos - RVNE	17	–	17	33	–	33
Benefícios a conceder	3.116.978	16.364.137	19.481.115	3.442.657	16.808.264	20.250.921
Benefícios concedidos	87.659	714.147	801.806	75.751	614.874	690.625
Sinistros a liquidar administrativo	386	–	386	651	–	651
Sinistros a liquidar judicial	466	–	466	221	–	221
Excedente financeiro	1.830	6.476	8.306	1.261	5.915	7.176
Eventos ocorridos mas não avisados	2.591	–	2.591	2.590	–	2.590
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	147	–	147	3	–	3
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	9	24	33	13	35	48
Resgates e/ou outros valores a regularizar	79.010	–	79.010	103.552	–	103.552
Total	3.289.736	17.084.786	20.374.522	3.627.395	17.429.092	21.056.487

	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Custo de aquisição diferidos	1.764	15.718	17.482	1.720	10.645	12.365
Total	1.764	15.718	17.482	1.720	10.645	12.365

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas	Saldos em 01/01/2025	Consti-tuições	Baixas/ Amorti-zações	Atualiza-ção mo-netária	Saldos em 31/12/2025
Prêmios não ganhos	667	456	(478)	–	645
Prêmios não ganhos – RVNE	33	23	(39)	–	17
Benefícios a conceder	20.250.921	4.705.564	(8.161.357)	2.685.987	19.481.115
Benefícios concedidos	690.625	149.849	(94.645)	55.977	801.806
Sinistros a liquidar	872	6.708	(6.831)	103	852
Excedente financeiro	7.176	3.175	(3.044)	999	8.306
Eventos ocorridos mas não avisados	2.590	1	–	–	2.591
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3	150	(6)	–	147
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	48	22	(37)	–	33
Resgates e/ou outros valores a regularizar	103.552	823.037	(848.118)	539	79.010
Provisão complementar de cobertura	–	–	(2.690)	2.690	–
Total	21.056.487	5.688.985	(9.117.245)	2.746.295	20.374.522

Provisões técnicas	Saldos em 01/01/2024	Consti-tuições	Baixas/ Amorti-zações	Atualiza-ção mo-netária	Saldos em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	659	421	(413)	–	667
Prêmios não ganhos – RVNE	40	29	(36)	–	33
Benefícios a conceder	19.659.340	5.299.126	(5.802.789)	1.095.244	20.250.921
Benefícios concedidos	598.340	110.936	(79.537)	60.886	690.625
Sinistros a liquidar	8.865	1.361	(9.745)	391	872
Excedente financeiro	7.576	1.589	(2.855)	866	7.176
Eventos ocorridos mas não avisados	2.793	635	(838)	–	2.590
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3.986	32	(4.015)	–	3
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	–	541	(493)	–	48
Resgates e/ou outros valores a regularizar	94.222	598.177	(591.210)	2.363	103.552
Provisão complementar de cobertura	33.785	18.612	(794)	(51.603)	–
Total	20.409.606	6.031.459	(6.492.725)	1.108.147	21.056.487

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

23. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.104.149	952.186	1.133.453	1.387.536	1.640.802	9.107.427
1 ano após o aviso	466.132	486.254	458.880	528.336	591.913	663.784	1.196.379	982.511	1.122.581	1.382.608	—	7.879.378
2 anos após o aviso	471.869	487.915	463.532	535.403	601.927	675.733	1.208.096	1.001.685	1.141.610	—	—	6.587.770
3 anos após o aviso	480.367	495.351	473.187	539.818	612.421	680.407	1.221.151	1.010.995	—	—	—	5.513.697
4 anos após o aviso	489.740	503.274	482.561	549.147	616.667	682.941	1.221.942	—	—	—	—	4.546.272
5 anos após o aviso	490.280	509.070	486.411	552.939	620.344	689.509	—	—	—	—	—	3.348.553
6 anos após o aviso	494.185	513.722	490.409	549.750	624.133	—	—	—	—	—	—	2.672.199
7 anos após o aviso	491.835	518.013	489.967	550.586	—	—	—	—	—	—	—	2.050.401
8 anos após o aviso	490.908	514.208	492.189	—	—	—	—	—	—	—	—	1.497.305
9 anos após o aviso	490.542	516.318	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.006.860
10+ anos após o aviso	490.576	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	490.576
Estimativa na data–base (2025) (a)	490.576	516.318	492.189	550.586	624.133	689.509	1.221.942	1.010.995	1.141.610	1.382.608	1.640.802	9.761.268
Pagamentos efetuados (b)	478.325	497.114	475.310	538.356	601.053	672.320	1.208.450	986.152	1.119.888	1.354.310	1.339.768	9.271.046
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	12.251	19.204	16.879	12.230	23.080	17.189	13.492	24.843	21.722	28.298	301.034	490.222
Sinistros pendentes fora da análise (*)												12.976
Sinistros a liquidar total												503.198

(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item “sinistros pendentes fora da análise”.
O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.027.230	884.468	1.066.950	1.279.233	1.484.747	8.404.087
1 ano após o aviso	440.253	451.363	423.389	474.803	543.951	623.507	1.122.909	921.605	1.066.543	1.274.998	—	7.343.321
2 anos após o aviso	443.927	451.672	427.315	480.494	552.462	633.617	1.133.405	934.689	1.084.345	—	—	6.141.926
3 anos após o aviso	449.274	457.356	433.995	485.243	561.725	641.861	1.144.469	944.732	—	—	—	5.118.655
4 anos após o aviso	455.518	462.835	439.312	492.381	564.708	645.110	1.146.690	—	—	—	—	4.206.554
5 anos após o aviso	458.775	467.127	443.239	494.093	567.251	648.292	—	—	—	—	—	3.078.777
6 anos após o aviso	460.599	470.610	444.636	492.792	568.307	—	—	—	—	—	—	2.436.944
7 anos após o aviso	459.735	471.200	443.144	493.846	—	—	—	—	—	—	—	1.867.925
8 anos após o aviso	459.224	463.924	442.741	—	—	—	—	—	—	—	—	1.365.889
9 anos após o aviso	458.274	463.676	—	—	—	—	—	—	—	—	—	921.950
10+ anos após o aviso	457.707	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	457.707
Estimativa na data–base (2025) (a)	457.707	463.676	442.741	493.846	568.307	648.292	1.146.690	944.732	1.084.345	1.274.998	1.484.747	9.010.081
Pagamentos efetuados (b)	448.409	455.124	435.192	483.526	553.747	634.295	1.134.068	924.194	1.063.222	1.247.649	1.206.085	8.585.511
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	9.298	8.552	7.549	10.320	14.560	13.997	12.622	20.538	21.123	27.349	278.662	424.570
Sinistros pendentes fora da análise (*)												8.873
Sinistros a liquidar total												433.443

(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item “sinistros pendentes fora da análise”.

24. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas – seguros e previdência complementar	52.951.161	54.046.985
Ajustes:		
Depósito judicial	(5.583)	(5.972)
Direito creditório	(260.204)	(119.594)
Custos de aquisição diferidos (redutores)(a)	(717.408)	(597.925)
Provisões técnicas – resseguros (redutores)(b)	(130.601)	(113.778)
Redução ao valor recuperável	209	—
Total a ser coberto	51.837.574	53.209.716
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Debêntures	56.367	57.875
Letras Financeiras – LF	143.090	126.139
Certificados de Depósito Bancário – CDB	5.125	5.066
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.597	3.298
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	51.576.293	52.543.256
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	639.058	892.210
Equivalente de caixa	10.483	23.149
Total de ativos vinculados	52.434.013	53.650.993
Ativos bloqueio judicial – não vinculado a cobertura de reserva	1.228	1.204
Total de aplicações (c)	52.435.241	53.652.197
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	596.439	441.277

(a) Custos de aquisição diferidos: circulante R\$ 499.852 e não circulante R\$ 548.074, total R\$ 1.047.926 sendo redutores R\$ 717.408 e não redutores R\$ 330.518;
(b) Ativos de resseguro: circulante R\$ 130.428 e não circulante R\$ 63.633, total de R\$ 194.061 sendo redutores R\$ 130.460 e não redutores R\$ 63.460;
(c) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 163.271 menor que o valor contábil (R\$ 1.868 menor que o valor contábil em 31/12/2024) (nota 5.1.).

25. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

25.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar”, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 21 e 22). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.
A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1.048	155.591	155.591	959	139.046	139.046
Possível	3.873	496.126	—	3.320	437.094	—
Remota	14	3.685	—	21	5.220	—
Total	4.935	655.402	155.591	4.300	581.360	139.046

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização ção monetária	Saldo em 31/12/2025
PSL judicial	139.046	81.392	(22.579)	(58.622)	16.354	155.591
Total	139.046	81.392	(22.579)	(58.622)	16.354	155.591

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
PSL judicial	138.477	66.834	(15.431)	(65.774)	14.940	139.046
Total	138.477	66.834	(15.431)	(65.774)	14.940	139.046

25.2. Provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	108.494	11.210
Trabalhistas	1.976	1.696
Fiscais	9.510	9.172
Total provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios	119.980	22.078
Obrigações fiscais	211.644	197.777
Total provisões judiciais	331.624	219.855

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

Causas cíveis – não relacionadas a sinistros/benefícios						
	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável (*)	490	108.494	108.494	446	11.210	11.210
Possível	1.793	139.586	—	1.641	244.686	—
Remota	9	5.333	—	13	4.888	—
Total	2.292	253.413	108.494	2.100	260.784	11.210

(*) Vide nota explicativa 31.

	Causas trabalhistas					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	12	1.976	1.976	20	1.696	1.696
Possível	33	7.590	—	38	6.308	—
Total	45	9.566	1.976	58	8.004	1.696

	Causas fiscais					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	12	9.510	20.502	14	9.172	12.604
Possível	35	38.410	200.652	35	42.031	194.345
Remota	1	—	—	2	262	—
Total	48	47.920	221.154	51	51.465	206.949

A seguir, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	11.210	109.810	(3.009)	(10.793)	1.276	108.494
Trabalhistas	1.696	1.147	(290)	(741)	164	1.976
Fiscais	9.172	—	(733)	(55)	1.126	9.510
Total	22.078	110.957	(4.032)	(11.589)	2.566	119.980

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	10.766	9.886	(2.826)	(8.556)	1.940	11.210
Trabalhistas	1.695	697	(442)	(418)	164	1.696
Fiscais	8.866	—	(535)	(20)	861	9.172
Total	21.327	10.583	(3.803)	(8.994)	2.965	22.078

25.3. Provisões judiciais – Obrigações fiscais

Na rubrica de “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01º de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica de “Outros débitos – Provisões judiciais”. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais. Demonstramos abaixo a movimentação das obrigações fiscais:

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
COFINS	161.175	11.429	172.604
PIS	36.602	2.438	39.040
Total	197.777	13.867	211.644

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	154.295	96	6.784	161.175
PIS	35.029	16	1.557	36.602
Total	189.324	112	8.341	197.777

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	32.131	27.975	188.771	172.154	220.902	200.129
Faturamento (b)	8.320	10.992	—	—	8.320	10.992
Exclusão do ISS da base (c)	—	73	—	450	—	523
Saldo total 31/12/2025	40.451	39.040	188.771	172.604	229.222	211.644

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	29.961	26.146	176.088	160.896	206.049	187.042
Faturamento (b)	7.882	10.411	—	—	7.882	10.411
Exclusão do ISS da base (c)	—	45	—	279	—	324
Saldo total 31/12/2024	37.843	36.602	176.088	161.175	213.931	197.777

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

26.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

(a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
(b) No máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
(c) No máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido (a)	2.048.146	2.008.291
Ajustes contábeis (b)	(1.282.257)	(1.278.045)
Participação coligadas e controladas	(471.806)	(456.614)
Despesas antecipadas	(5.343)	(5.668)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(33.236)	(69.024)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(137.509)	(140.808)
Ativos intangíveis	(463.847)	(468.717)
Obras de arte	(92)	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(170.424)	(137.122)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	371.883	424.743
Diferença entre valor mercado e valor dos ativos mensurados ao custo amortizado	(98.718)	(72.516)

27. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	24.720	22.446	(1.128)	—	—	—	(56.199)	(44.396)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b) (*)	—	—	—	—	—	59.280	—	—
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controlada) (b) (*)	—	13.434	—	—	40.877	14.549	—	—
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	—	96	(37)	(52)	552	805	(658)	(411)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	—	—	(6)	—	20	36	(13)	—
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	—	3	—	—	—	3	(2)	—
Vanguardacap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	1.679	230	(1)	—	1	16	(3)	—
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.172	1.514	—	—	—	—	(3.066)	(3.421)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (e)	2.084	3.192	(7.828)	(7.790)	44.162	46.202	(97.927)	(102.276)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (f)	—	—	—	—	—	—	(4.865)	(4.559)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (g)	—	—	—	—	—	—	—	—
Icatu Seguridade S.A (Controlada) (g)	—	—	—	—	—	—	—	—
Icatu Correspondente Bancário (Controlada) (g)	—	—	—	—	—	—	—	—
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	—	—	—	—	—	—	(49.786)	(26.441)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Ligada) (h) (i)	1.055	—	—	—	—	—	(2.074)	—
Total	30.711	40.915	(9.000)	(7.842)	85.612	120.891	(214.593)	(181.504)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- (b) Reembolsos de custos administrativos: rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas. Os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (c) Valores referentes a taxa de gestão de instrumentos financeiros pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração aos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração e benefícios, de curto e longo prazo, pagos aos Administradores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”;
- (e) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (f) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários;
- (g) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- (h) Saldos em conta corrente; e
- (i) Despesas com tarifas bancárias e de arrecadação.

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	2.651.272	2.162.430	123.637	48.241
Prestamista	1.021.477	860.694	17.326	20.147
Acidentes pessoais	715.528	636.748	15.937	10.628
Vida individual	528.209	322.406	25.512	23.449
Rural	270.264	263.401	21.054	22.393
Outros	578	395	189	135
Total	5.187.328	4.246.074	203.655	124.993

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2025	31/12/2024
Resseguradora local	203.358	99.645
Resseguradora admitida	—	25.046
Resseguradora eventual	297	302
Total	203.655	124.993

29. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

29.1. Prêmios ganhos – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	5.286.740	4.290.353
Prêmios emitidos direto	5.319.302	4.395.447
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	9.614	10.320
Prêmios cosseguro cedido a congêneres	(131.974)	(149.373)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	89.798	33.959
Contribuições para cobertura de riscos	16.809	16.916
Receitas de contribuições planos de repartição simples	7.994	8.117
Receitas de contribuições planos de renda	9.246	8.846
Restituições	(431)	(47)
Variação das provisões técnicas	(581.487)	(532.168)
Variação das provisões técnicas	(581.487)	(532.168)
Total	4.722.062	3.775.101

29.2. Sinistros ocorridos – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações avisadas	(1.646.934)	(1.452.842)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(55.646)	(37.455)
Despesas com sinistros	(25.672)	(7.871)
Despesas com benefícios seguro vida individual (-) VGBL	(23.928)	(9.436)
Recuperação de indenizações	44.640	54.259
Outras despesas com sinistros	(27.722)	(14.481)
Total	(1.735.262)	(1.467.826)

29.3. Custo de aquisição – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(1.325.331)	(1.240.948)
Recuperação de comissões de cosseguro	38.110	39.684
Variação com despesas de comercialização diferida	250.451	229.416
Pró-labore sobre prêmios emitidos	(390.970)	(188.879)
Outras despesas de comercialização	(216.033)	(114.036)
Total	(1.643.773)	(1.274.763)

29.4. Outras despesas operacionais – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com cobranças	(17.865)	(15.203)
Provisão para contingências cíveis (*)	(100.257)	(256)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	6.000	583
Outras despesas resultado apólices (**)	(343.509)	(215.954)
Despesas com títulos de capitalização	(54.729)	(47.817)
Outras receitas operacionais	10.145	1.289
Total	(500.214)	(277.358)

(*) Vide nota explicativa 31

(**) A variação observada refere-se ao aumento do profitshare devido ao resultado positivo dos parceiros, influenciado pela variação dos prêmios ganhos e de sinistros para estes parceiros no exercício de 2025.

29.5. Resultado com operações de resseguros – seguros e previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de indenização – seguros	168.089	128.501
Recuperação de indenização de benefícios – previdência	1.659	(81)
Prêmio cedido em resseguro – seguros (*)	(203.655)	(124.993)
Prêmio cedido em resseguro – previdência	(862)	(751)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros	18.476	(2.949)
Variação das provisões técnicas – seguros	9.060	7.797
Variação das provisões técnicas – previdência	40	39
Outras receitas com resseguro	2.538	3.140
Total	(4.655)	10.703

(*) Refere-se, basicamente, a um novo contrato de resseguro para atender a uma relevante parceria nova no centro oeste do país. Trata-se de uma operação de previdência fechada com uma empresa do Ga parte de risco feita pela Companhia.

29.6. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	5.098.534	5.488.899
Prêmios emitidos	3.242.744	3.689.021
Receitas de contribuições planos de renda	5.352	3.918
Receitas de contribuições planos de contribuição variável	1.855.104	1.797.225
Restituições	(4.666)	(1.265)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.101.197)	(5.491.958)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.101.197)	(5.491.958)
Total	(2.663)	(3.059)

29.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2025	31/12/2024
PPNG – planos de repartição simples	28	13
PPNG – planos de repartição simples RVNE	7	3
PPNG – planos de renda	(7)	(21)
PPNG – planos de renda RVNE	9	3
PVR – planos de renda	(278)	(2.114)
Provisão com benefícios e resgates	(15.325)	8.643
Outras provisões	2.549	(10.849)
Total	(13.017)	(4.322)

Conselho de administração		Diretoria	Contador
Presidente		Diretor-Preidente	
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga		Luciano Soares	Ivandro de Almeida Oliveira - CRC RJ 076168/O-7
Conselheiros		Diretores	Atuária
Luís Antonio Nabuco de Almeida Braga	Luciano Snel Corrêa	Alexandre Petrone Vilardi Marcio de Moraes Palmeira	César Luiz Salazar Saut Rachel Ferreira Bonel
			Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1.394

continua

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	470.601	497.259
Subtotal PLA – nível	1.137.772	1.154.990
PLA nível 1	536.050	543.054
PLA nível 2	470.601	497.259
PLA nível 3	131.122	114.677
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(164.948)	(229.976)
PLA (Total) = PL + aj. cont.+ aj. econ. + aj. do exc. de nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	972.825	925.014
Capital base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	122.081	95.671
Capital de risco de subscrição	747.272	651.264
Capital de risco de mercado	53.755	55.269
Capital de risco – redução por correlação	(91.963)	(81.579)
Capital de risco – operacional	42.403	43.294
Capital de risco (CR)(b)	873.548	763.919
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	873.548	763.919
Patrimônio líquido ajustado - PLA	972.825	925.013
(-) Exigência de capital - CMR	(873.548)	(763.919)
Suficiência de capital - R\$	99.277	161.094
Suficiência de capital (% da EC)	111%	121%

(*) Para fins de reestruturação societária do Grupo econômico ao qual a Companhia faz parte a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia em 1º de janeiro de 2025.

28. Principais ramos de atuação – seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramos	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistra- lidade	Índice de comissio- namento	Prêmios ganhos	Índice de sinistra- lidade	Índice de comissio- namento
Vida em grupo	2.616.263	44,40%	31,13%	2.146.930	44,68%	30,68%
Prestamista	823.570	27,01%	42,27%	700.287	30,51%	40,75%
Acidentes pessoais	635.778	29,51%	38,37%	486.196	31,83%	36,95%
Vida individual	372.422	25,47%	40,76%	192.101	37,78%	38,51%
Rural	256.628	26,15%	33,31%	232.308	29,04%	33,13%
Outros	17.401	9,23%	0,34%	17.279	0,94%	0,21%
Total	4.722.062	36,75%	34,81%	3.775.101	38,88%	33,77%

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

Seguro (-) resseguro prêmio retido	Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	2.527.635	2.114.189	95,34%	97,77%
Prestamista	1.004.151	840.547	98,30%	97,66%
Acidentes pessoais	699.591	626.120	97,77%	98,33%
Vida individual	502.697	298.957	95,17%	92,73%
Rural	249.210	241.008	92,21%	91,50%
Outros	389	260	67,30%	65,82%
Total	4.983.673	4.121.081	96,07%	97,06%

29.8. Custo de aquisição – previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(45.094)	(54.312)
Despesas com pró-labore	(40.780)	(48.324)
Outras despesas de comercialização	(8.046)	(5.569)
Total	(93.920)	(108.205)

29.9. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(339.144)	(285.030)
Serviços de terceiros	(103.797)	(101.309)
Localização e funcionamento	(179.939)	(150.541)
Publicidade e propaganda	(73.039)	(52.891)
Publicações	(85)	(190)
Donativos e contribuições	(3.123)	(2.001)
Despesas administrativas diversas	2.258	(4.332)
Total	(696.869)	(596.294)

29.10. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	(14.297)	(12.703)
COFINS	(136.032)	(101.043)
PIS	(22.119)	(16.446)
Taxa de fiscalização	(5.987)	(5.987)
Outras despesas com tributos	(850)	(485)
Total	(179.285)	(136.664)

29.11. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado	129.953	143.507
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	129.953	143.507
VJORA	153.968	122.278
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	153.968	122.278
VJR	7.226.323	4.281.021
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	7.204.976	4.268.427
Títulos de renda fixa	21.347	12.594
Outras receitas financeiras	18.818	16.269
Total – receitas financeiras	7.529.062	4.563.075
VJR	(340.271)	(1.350.351)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(340.271)	(1.350.351)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(4.103.237)	(1.807.146)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(2.746.295)	(1.108.147)
Outras despesas financeiras	(31.071)	(83.545)
Total – despesas financeiras	(7.220.874)	(4.349.189)
Total	308.188	213.886

continuação



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Icatu Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3.16, 3.17, 21 e 22)	
A Seguradora apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdências, registrados nas rubricas “Provisões Técnicas - Seguros” e “Provisões Técnicas - Previdência Complementar”, em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora. Para a PMBaC testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o exercício; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP). Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/F-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Relativo ao Exercício Social Findo em 31 de Dezembro de 2025

Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S/A

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas: Icatu Capitalização S/A, Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como “demais empresas supervisionadas”), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, bem como de acordo com o Estatuto Social da Icatu Seguros S/A e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração: (i) na qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas; (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) na atuação da auditoria interna; e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos, de conformidade e de controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras.

Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores contábil e atuarial independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, conformidade, controles internos e atuarial, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que seus membros se reúnam ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compreenderam:

Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Jurídico Contencioso, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos, Conformidade, Prevenção à Perdas e à Lavagem de Dinheiro, Auditoria Interna, Produtos e Ouvidoria; Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;

Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como sobre os controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos;

Ciência dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no primeiro semestre de 2025, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados, na forma da regulamentação em vigor;

Ciência dos relatórios emitidos pelas áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, na forma da regulamentação em vigor;

Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionados com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos;

Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos;

Reuniões realizadas com a Diretoria abordando aspectos sobre o negócio, resultado dos trabalhos da auditoria interna, cumprimento dos aspectos regulatórios, contingências, provisões atuariais, segurança da informação e apresentação e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras; e

Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões semestrais para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S/A e demais empresas supervisionadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das referidas demonstrações financeiras.

Página de assinatura do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

João Alceu Amoroso Lima

Presidente do Comitê

Laenio Pereira dos Santos

Membro do Comitê

Natal Julio De Luca

Membro do Comitê

continua

continuação



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br

Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares

Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

Rua do Passeio, nº 38

20021-290

Rio de Janeiro – RJ – Brasil



Anexo I

Icatu Seguros S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	52.951.161
Total de ativos de resseguro	194.061
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	71.358

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas

31/12/2025

Provisões Técnicas auditadas (a)	52.951.161
Valores redutores auditados (b)	1.113.587
Total a ser coberto (a-b)	51.837.574

3. Demonstrativo do Capital Mínimo

31/12/2025

Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	873.548
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	873.548

4. Demonstrativo da Solvência

31/12/2025

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	972.825
Ajustes Econômicos do PLA	371.883
Exigência de Capital (CMR) (b)	873.548
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	99.277
Ativos Garantidores (d)	52.434.013
Total a ser Coberto (e)	51.837.574
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	596.439

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)

31/12/2025

0980, 0990, 1380, 1390, 1329, 1383, 1384, 1391, 0977, 0982, 1061, 1065, 1198, 1381, 0929, 0984, 0987, 0993, 2293	10.000
Coberturas de morte e invalidez de previdência	1200

LESÕES

Brasil registra 88 casos da doença causada pelo vírus Mpox em 2026

A doença tem seu contágio por meio de contato pessoal próximo com lesões na pele, fluidos corporais, sangue ou mucosas de pessoas infectadas. O sintoma mais comum da doença é a erupção na pele.

O Brasil registrou 88 casos confirmados do vírus Mpox, com a maioria sendo no estado de São Paulo, que desde janeiro contabiliza 62 casos. Os outros registros aparecem no Rio de Janeiro (15), em Rondônia (4), em Minas Gerais (3), no Rio Grande do Sul (2), no Paraná (1) e no Distrito Federal (1). Os quadros leves a moderados predominam e não há óbitos. Em 2025, foram registrados no país 1.079 casos e 2 óbitos. Os dados são do Ministério da Saúde.

Causada pelo vírus Monkeypox, a doença tem seu contágio por meio de contato pessoal próximo com lesões na pele, fluidos corporais, sangue ou mucosas de pessoas infectadas. O sintoma mais comum da doença é a erupção na pele, semelhante a bolhas ou feridas, que pode durar de duas a quatro semanas. O quadro pode incluir febre, dor de cabeça, dores musculares, dores nas costas, apatia e gânglios inchados. A erupção cutânea pode afetar o rosto, as palmas das mãos, as solas dos pés, a virilha, as regiões genitais e/ou anal.

O vírus se espalha de pessoa para pessoa por meio do contato próximo com alguém infectado, incluindo falar ou respirar próximos uns dos outros, o que pode gerar gotículas ou aerossóis de curto alcance; contato pele com pele, como toque ou sexo vaginal/anal; contato boca com boca; ou contato boca e pele, como no sexo oral ou mesmo o beijo na pele.

O compartilhamento de objetos recentemente contaminados com fluidos ou materiais de lesões infectantes também podem transmitir a doença.

O intervalo de tempo entre o primeiro contato com o vírus

até o início dos sinais e sintomas da Mpox (período de incubação) é tipicamente de 3 a 16 dias, mas pode chegar a 21 dias.

Ao notar os sintomas, é preciso procurar uma unidade de saúde para fazer o exame laboratorial, que é a única forma de confirmação. O diagnóstico complementar deve ser realizado considerando as seguintes doenças: varicela zoster, herpes zoster, herpes simples, infecções bacterianas da pele, infecção gonocócica disseminada, sífilis primária ou secundária, cancroíde, linfogranuloma venéreo, granuloma inguinal, molusco contagioso, reação alérgica e quaisquer outras causas de erupção cutânea papular ou vesicular.

“Pessoas com suspeita ou confirmação da doença devem cumprir isolamento imediato, não compartilhar objetos e material de uso pessoal, tais como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente, talheres, até o término do período de transmissão”, orienta o Ministério da Saúde.

O tratamento consiste no alívio dos sintomas, na prevenção, no manejo das complicações e em evitar sequelas. A maioria dos casos apresenta sinais e sintomas leves e moderados. Não há medicamento aprovado especificamente para Mpox.

A prevenção consiste em evitar contato direto com pessoas com suspeita ou confirmação da doença. Caso seja necessário ter contato, a recomendação é a de utilizar luvas, máscaras, avental e óculos de proteção.

Também é recomendado lavar as mãos com água e sabão ou utilizar álcool em gel frequentemente. As medidas de higiene são especialmente importantes após o contato com a pessoa infectada, suas roupas, lençóis, toalhas e outros itens ou superfícies que possam ter entrado em contato com as erupções e lesões da pele ou secreções respiratórias.

“Lave as roupas de cama, roupas, toalhas, lençóis, talheres e objetos pessoais da pessoa com água morna e detergente. Limpe e desinfete todas as superfícies contaminadas e descarte os resíduos contaminados (por exemplo, curativos) de forma adequada”, alerta o Ministério.

Na maioria dos casos, os sintomas da doença desaparecem sozinhos em poucas semanas. Mas, em algumas pessoas, o vírus pode provo-

Pacientes com Mpox grave podem precisar de internação, cuidados intensivos e medicamentos antivirais para reduzir a gravidade das lesões e encurtar o tempo de recuperação.

car complicações médicas e mesmo a morte. Recém-nascidos, crianças e pessoas com imunodepressão pré-existente correm maior risco de sintomas mais graves e de morte pela infecção.

Quadros graves causados pela Mpox podem incluir lesões maiores e mais disseminadas (especialmente na boca, nos olhos e em órgãos genitais), infecções bacterianas secundárias de pele ou infecções sanguíneas e pulmonares. As complicações se manifestam ainda por meio de infecção bacteriana grave causada pelas lesões de pele, encefalite, miocardite ou pneumonia, além de problemas oculares.

Pacientes com Mpox grave podem precisar de internação, cuidados intensivos e medicamentos antivirais para reduzir a gravidade das lesões e encurtar o tempo de recuperação. Dados disponíveis mostram que entre 0,1% e 10% das pessoas infectadas pelo vírus morreram, sendo que as taxas de mortalidade podem divergir por conta de fatores como acesso a cuidados em saúde e imunossupressão subjacente.

Apesar dos números apresentados pelo governo federal, a Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo (SES-SP) afirma que o número de casos no estado é de 50. A capital paulista é a cidade com maior número de casos: 31. Campinas, Paulínia, Sumaré, Hortolândia, Sorocaba, Várzea Paulista, Araquara, Osasco, Cotia, Jandira, Serrana, Arujá, Santos, Guarulhos e Pradópolis registram um caso. Em Ribeirão Preto e Mogi das Cruzes, são dois em cada. No ano passado, em janeiro foram registrados 79 casos e em fevereiro 47 casos, totalizando, 126 casos nos dois primeiros meses do ano.